

Ambiental
Limpeza Urbana e
Saneamento Ltda

**Demonstrações Financeiras dezembro
de 2024 com relatórios dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos diretores e quotistas da

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Veja notas 4.12 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nºs 4.12 e nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Empresa decorre substancialmente da prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana. A prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana ocorre em sua maioria para entes do Poder Público, por meio de contratos de concessão ou contratos de prestação de serviços. De acordo com as normas contábeis vigentes a receita deve ser reconhecida quando o serviço é transferido ao cliente.</p> <p>Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de prestação de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa; (ii) uma porção significativa das receitas de prestação de serviços da Empresa é obtida através de licitações realizadas com diversos municípios do Estado de Santa Catarina; (iii) uma segunda porção das receitas é obtida através da cobrança de tarifa de coleta de lixo diretamente de pessoas físicas ou jurídicas; e (iv) os serviços prestados no final do mês de dezembro e não faturados são provisionados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das principais atividades de controles internos da Empresa relacionados ao processo da Administração para registrar o montante de receita de prestação de serviços, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (ii) quando aplicável, verificamos documentos de atualizações de valores anuais referentes aos contratos de licitação vigentes, (iii) para uma amostra de receitas de serviços prestados verificamos a documentação suporte, e (iv) para uma amostra de receitas de construção verificamos as respectivas notas fiscais, boletins de medição e comprovante de liquidação.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita, realizados pela Empresa, assim como as respectivas divulgações, estão aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

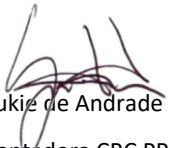
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Yukie de Andrade Kato

Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023			
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	68.084	108.302	74.690	108.306	Fornecedores	18	14.488	14.973	14.561	14.973
Aplicações Financeiras		-	538	-	538	Empréstimos, Financiamentos e Notas Comerciais	19	12.248	6.732	12.248	6.732
Contas a Receber de Clientes	7	69.717	62.161	71.539	62.161	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	27.991	24.772	28.279	24.772
Estoques		70	142	70	142	Obrigações Tributárias	21	13.263	11.647	13.478	11.647
Tributos a Recuperar	8	7.675	4.782	7.862	4.782	Passivo Fiscal Corrente	21	728	1.626	728	1.626
Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas	9	102.066	93.348	102.066	93.348	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	9	10.020	6.235	10.020	6.235
Adiantamentos a terceiros		-	-	-	-	Outras Obrigações	22	31.244	24.723	31.244	24.723
Outros Créditos	10	1.054	2.923	1.056	2.923	Passivo de Arrendamento	17	4.459	3.525	4.557	3.525
Ativo Financeiro de Concessão	13	-	-	-	-	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		114.441	94.233	115.115	94.233
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		248.666	272.196	257.283	272.200						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas	9	184	173	184	173	Empréstimos, Financiamentos e Notas Comerciais	19	88.548	85.959	88.548	85.959
Aplicações Financeiras		556	254	556	254	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	-	209	-	209
Depósitos Judiciais	23	1.364	1.129	1.374	1.129	Tributos Diferidos	11	37.565	30.687	38.112	30.687
Outros Créditos	10	28.510	25.755	28.509	25.755	Outras Obrigações	22	39.605	55.176	39.605	55.176
Ativo de Contrato	12	145.190	106.449	145.190	106.449	Provisão para Contingências	23	4.954	4.614	4.954	4.614
Ativo Financeiro de Concessão	13	1.842	1.842	1.842	1.842	Provisão para encerramento dos aterros sanitários	24	10.747	10.686	10.747	10.686
		177.646	135.602	177.655	135.602	Passivo de Arrendamento	17	5.430	608	5.430	608
Investimentos	14	9.293	1.675	1.252	1.671	Total do Passivo Não Circulante		186.849	187.939	187.396	187.939
Imobilizado	15	112.878	95.065	113.417	95.065						
Intangível	16	88.030	91.059	88.030	91.059	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Ativo Direito de Uso	17	9.709	4.025	9.806	4.025	Capital Social		248.070	178.070	248.070	178.070
Total do Ativo Não Circulante		397.556	327.426	390.160	327.422	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	70.000	-	70.000
						Reservas de Lucros		95.121	67.562	95.121	67.562
						Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.741	1.818	1.741	1.818
						Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controladora		344.932	317.450	344.932	317.450
TOTAL DO ATIVO		646.222	599.622	647.443	599.622	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		646.222	599.622	647.443	599.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	<u>616.820</u>	<u>569.962</u>	<u>620.200</u>	<u>569.962</u>
Custo dos Serviços Prestados	27	(506.854)	(475.635)	(509.247)	(475.635)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>109.966</u>	<u>94.327</u>	<u>110.953</u>	<u>94.327</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(30.426)</u>	<u>(25.097)</u>	<u>(31.272)</u>	<u>(25.096)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	27	(32.331)	(31.314)	(32.366)	(31.317)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber e Ativos de Contrato		(5.985)	(5.583)	(5.985)	(5.583)
Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas	27	7.502	11.765	7.502	11.765
Equivalência Patrimonial	14	388	35	(423)	39
LUCRO OPERACIONAL		<u>79.540</u>	<u>69.230</u>	<u>79.681</u>	<u>69.231</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	28	31.963	33.433	32.410	33.433
Despesas Financeiras	28	(31.711)	(28.111)	(31.716)	(28.112)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>79.792</u>	<u>74.552</u>	<u>80.375</u>	<u>74.552</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	11	(12.055)	(12.653)	(12.194)	(12.653)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(6.982)	(8.392)	(7.426)	(8.392)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>60.755</u>	<u>53.507</u>	<u>60.755</u>	<u>53.507</u>
Atribuível a:					
Quotistas da Empresa				<u>60.755</u>	<u>53.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. - 03.094.629/0001-36

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	60.755	53.507	60.755	53.507
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>60.755</u>	<u>53.507</u>	<u>60.755</u>	<u>53.507</u>
Atribuído a:				
Quotistas da Empresa	60.755	53.507	60.755	53.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		57.070	121.000	72.054	-	1.818	251.942
Resultado do Exercício:							
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	53.507	-	53.507
Destinações:							
Lucros Retidos		-	-	53.507	(53.507)	-	-
Transação de capital com sócios:							
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	70.000				70.000
Aumento de Capital Social	25	121.000	(121.000)				-
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	(14.080)	-	-	(14.080)
Distribuição de Lucros	25	-	-	(43.919)	-	-	(43.919)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		178.070	70.000	67.562	-	1.818	317.450
Resultado do Exercício:							
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	60.755	-	60.755
Destinações:							
Lucros Retidos		-	-	60.755	(60.755)	-	-
Transação de capital com sócios:							
Aumento de Capital Social	25	70.000	(70.000)				-
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	(22.251)	-	-	(22.251)
Distribuição de Lucros	25	-	-	(11.022)	-	-	(11.022)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		248.070	-	95.044	-	1.818	344.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos		79.792	74.552	80.375	74.552
Ajustes:					
Equivalência Patrimonial	14	(388)	(35)	423	(39)
Depreciação e Amortização	27	47.467	41.126	47.578	41.126
Provisão para Contingências	23	340	451	340	451
Provisão de Juros sobre Outras Obrigações	22	6.570	8.722	6.570	8.722
Provisão de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	28	12.917	7.882	12.917	7.882
Provisão de Juros sobre Empréstimos com Partes Relacionadas	10	(4.597)	(1.848)	(4.597)	(1.848)
Provisão de Juros sobre Ativos de Concessão	28	(1.631)	(947)	(1.631)	(947)
Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	7	5.910	5.596	5.910	5.596
Ajuste a Valor Presente sobre Arrendamentos	17	1.917	891	1.923	891
Valor residual de Ativo Imobilizado e Intangível baixados		(53)	2.841	(53)	2.841
Provisão Impairment sobre Investimentos		-	470	-	470
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a Receber de Clientes		(13.620)	(10.292)	(15.442)	(10.292)
Estoques		73	(50)	73	(50)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos		-	12	-	12
Tributos a Recuperar		(2.026)	652	(2.213)	652
Outros Créditos		(735)	(12.681)	(731)	(12.681)
Depósitos Judiciais		(235)	406	(245)	406
Ativos de Financeiro e de Contrato		(37.110)	(9.794)	(37.110)	(9.794)
Fornecedores		(438)	2.573	(365)	2.573
Obrigações Sociais e Trabalhistas		3.182	2.025	3.298	2.025
Obrigações Tributárias		(7.504)	(2.440)	(7.365)	(2.440)
Outras Obrigações		2.433	(85)	2.433	(85)
Impostos Pagos		(7.172)	(12.653)	(7.235)	(12.653)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		85.092	97.374	84.853	97.370
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de Investimentos	22	(7.000)	-	-	-
Resgate de Aplicação Financeira		236	246	236	246
Outros Investimentos		(4)	(100)	(4)	(100)
Receita de alienação do Ativo Imobilizado		1.283	2.002	1.283	2.002
Adições do Ativo Imobilizado	15	(35.573)	(10.628)	(35.673)	(10.628)
Adições ao Ativo de Contrato e Intangível		(6.570)	(31.568)	(6.570)	(31.568)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(47.628)	(40.048)	(40.728)	(40.048)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos		(26.149)	(51.951)	(26.149)	(51.951)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	25	-	70.000	-	70.000
Captações de Empréstimos e Financiamentos	19	17.333	90.495	17.333	90.495
Pagamentos de investimentos adquiridos a prazo	22	(18.053)	(15.422)	(18.053)	(15.422)
Adição de caixa na incorporação de controladas	1	-	13.417	-	-
Transferência de caixa na cisão	1	(1)	-	-	-
Empréstimos com Partes Relacionadas		(5.000)	(78.934)	(5.000)	(78.934)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	19	(9.996)	(3.736)	(9.996)	(3.736)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	19	(12.334)	(7.876)	(12.334)	(7.876)
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamentos	19	184	(1.115)	184	(1.115)
Passivo de Arrendamento	17	(23.666)	(15.136)	(23.726)	(15.136)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(77.682)	(258)	(77.741)	(13.675)
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(40.218)	57.068	(33.616)	43.647
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		108.302	51.234	108.306	64.659
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		68.084	108.302	74.690	108.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (“Empresa”) foi constituída em 14/04/1999 e sua Sede Administrativa está localizada em Joinville/SC à rua Coronel Santiago, 400, Anita Garibaldi.

Seu principal setor de atuação e atividade operacional é a Limpeza Urbana, desde sua fundação e, a partir de 2003, ingressou no setor de Saneamento. Oferece serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e prestações de serviços. A Empresa atualmente opera 6 aterros sanitários, sendo 4 próprios localizados no Oeste de Santa Catarina.

Reorganização societária - Cisão Parcial

Em 30 de abril de 2024, a Empresa realizou transferência de patrimônio líquido através de cisão parcial para sua controlada Ambiental Meio Ambiente Ltda., criada em 08 de março de 2024, a fim de reestruturar a segmentação dos negócios de atuação do Grupo. Na cisão, o contrato de prestação de serviços da Empresa com o Município de Indaial foi transferido para sua controlada, que assumiu a prestação de serviços a partir de maio/2024. A relação de bens e saldos incorporados ao patrimônio dessa empresa é demonstrada a seguir:

	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Ambiental Meio Ambiente Ltda.
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1)	1
Outros Créditos	(5)	5
Imobilizado	(495)	495
Obrigações Sociais	172	(172)
Tributos Diferidos	104	(104)
Acervo líquido cindido	(225)	225

Incorporação de investimentos - “Grupo Tucano”

Em 1º de janeiro de 2023, a Empresa incorporou os investimentos nas empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda em conjunto referidas como “Grupo Tucano”. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 35.226, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos, com o objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data de incorporação.

A Empresa contratou consultoria especializada para elaboração dos laudos de incorporação para apuração dos saldos contábeis de 1º de janeiro de 2023 a serem incorporados. A incorporação foi devidamente registrada na JUCESC - Junta Comercial de Santa Catarina através da 44ª alteração contratual.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados na data da incorporação são demonstrados abaixo:

Tucano Gestão Ambiental Ltda - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.474	Fornecedores	30
Contas a Receber de Clientes	338	Obrigações Sociais	146
Tributos a Recuperar	44	Obrigações Tributárias	132
Adiantamentos a terceiros	5	Adiantamentos de Clientes	3
		Outras Obrigações	100
Total do Ativo Circulante	1.861	Total do Passivo Circulante	411
Não Circulante		Patrimônio Líquido	
Investimentos em controladas e coligadas	142	Capital Social	1.531
Imobilizado	1.192	Reservas de Lucros	1.253
Total do Ativo Não Circulante	1.334	Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controladora	2.784
		Total do Patrimônio Líquido	2.784
Total do Ativo	3.195	Total do Passivo	3.195

Continental Obras e Serviços Ltda - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.548	Fornecedores	205
Contas a Receber de Clientes	108	Obrigações Sociais	651
Tributos a Recuperar	9	Obrigações Tributárias	432
Adiantamentos a terceiros	41	Adiantamentos de Clientes	1
Outros Créditos	42	Outras Obrigações	3
Total do Ativo Circulante	2.748	Total do Passivo Circulante	1.292
Não Circulante		Não Circulante	
Investimentos em controladas e coligadas	14	Tributos Diferidos	(108)
Imobilizado	4.289	Provisão para Contingências	318
Total do Ativo Não Circulante	4.303	Total do Passivo Não Circulante	210
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	3.000
		Reservas de Lucros	2.549
		Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controladora	5.549
		Total do Patrimônio Líquido	5.549
Total do Ativo	7.051	Total do Passivo	7.051

T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.395	Fornecedores	2.004
Contas a Receber de Clientes	1.411	Obrigações Sociais	3.841
Estoques	92	Obrigações Tributárias	1.405
Tributos a Recuperar	93		
Adiantamentos a terceiros	166	Total do Passivo Circulante	<u>7.250</u>
Outros Créditos	67		
Partes Relacionadas	12	Passivo Não Circulante	
		Obrigações Sociais	458
Total do Ativo Circulante	<u>11.236</u>	Tributos Diferidos	2.111
		Provisão para Contingências	1.452
Não Circulante		Total do Passivo Não Circulante	<u>4.021</u>
Investimentos em controladas e coligadas	172		
Imobilizado	26.750	Patrimônio Líquido	
Intangível	6	Capital Social	18.000
Total do Ativo Não Circulante	<u>26.928</u>	Reservas de Lucros	8.893
		Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controladora	26.893
		Total do Patrimônio Líquido	<u>26.893</u>
Total do Ativo	<u>38.164</u>	Total do Passivo	<u>38.164</u>

Total de saldos incorporados - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.417	Fornecedores	2.239
Contas a Receber de Clientes	1.857	Obrigações Sociais	4.638
Estoques	92	Obrigações Tributárias	1.969
Tributos a Recuperar	146	Adiantamentos de Clientes	4
Adiantamentos a terceiros	212	Outras Obrigações	103
Outros Créditos	109		
Partes Relacionadas	12	Total do Passivo Circulante	<u>8.953</u>
Total do Ativo Circulante	<u>15.845</u>	Não Circulante	
Não Circulante		Obrigações Sociais	458
Investimentos em controladas e coligadas	328	Tributos Diferidos	2.003
Imobilizado	32.231	Provisão para Contingências	1.770
Intangível	6	Total do Passivo Não Circulante	<u>4.231</u>
Total do Ativo Não Circulante	<u>32.565</u>	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	22.531
		Reservas de Lucros	12.695
		Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controladora	35.226
		Total do Patrimônio Líquido	<u>35.226</u>
Total do Ativo	<u>48.410</u>	Total do Passivo	<u>48.410</u>

Contrato de concessão

Atualmente, a Empresa possui as seguintes Concessões Públicas de Limpeza Urbana:

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Opção de renovação/extensão ao final da concessão (i)
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	1997 - 2037	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	Não
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Itajaí	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2005 - 2030	Prefeitura Municipal de Itapema	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Joinville	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2024 - 2043 (ii)	Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2004 - 2031	Prefeitura Municipal de São José	Sim

(i) Contratos que possuem opção de renovação ou extensão dentro do prazo limite definido pelos Editais sem necessidade de nova licitação.

(ii) A renovação do contrato foi assinada no dia 02 de janeiro de 2023, prorrogando por mais 20 anos a partir de 07 de março de 2023 à 07 de março de 2043.

Em todas as concessões a Empresa possui direito de utilização total dos ativos concedidos durante o período do contrato. Obedecendo às condições de uso acordadas, deve efetuar melhorias nos ativos concedidos, como: investimentos no sistema de tratamento e destinação final de resíduos; obras de ampliação e implementação de melhorias nas instalações e/ou equipamentos.

A Empresa é requerida a realizar manutenções periódicas dos ativos (instalações, veículos, equipamentos). Estas manutenções são remuneradas através da tarifa acordada no início da concessão, e revisada anualmente, mediante reajuste ou readequação desta tarifa para garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Contratos de prestação de serviços

A Empresa está presente em 122 municípios (104 em 31 de dezembro de 2023) do estado de Santa Catarina com 155 contratos públicos de prestação de serviços de Limpeza Urbana (175 em 31 de dezembro de 2023). Além dos contratos públicos, possui 1.931 contratos privados (1.915 em 31 de dezembro de 2023) para prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde (“lixo hospitalar”) e 29 contratos privados para prestação de serviços de limpeza urbana.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Contábeis Internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 28 de março de 2025.

2.2. Base para consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Empresa, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Diretas:	Local constituição e operação	Negócio	Quantidade de quotas possuídas		Participação no Capital Social (%)	
			2024	2023	2024	2023
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda (i)	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	21	21	100%	100%
Ambiental Meio Ambiente Ltda (ii)	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	7.225	-	100%	-

(i) As quotas do sócio não controlador foram adquiridas pela Empresa em 7 de julho de 2023, passando a possuir a totalidade das quotas da Empresa.

(ii) A empresa foi constituída em 08 de março de 2024 e em 30 de abril de 2024 foi realizada Cisão Parcial transferindo bens para o início da operação da Empresa, incluindo o contrato de prestação de serviços com o município de Indaial.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O cálculo de equivalência patrimonial é realizado na mesma data do balanço da controladora.

Controlada é uma entidade sobre a qual a Empresa detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do controle exercido em relação à investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

A Empresa determina, em cada fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão foi considerada necessária pela Administração.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Empresa reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Empresa eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

A Empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Empresa. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

b) Perda de controle em controladas

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem influência significativa, mas não o controle. A demonstração dos investimentos em entidade com influência significativa é conforme segue:

Nome da entidade	Local	Setor	Participação (ações)	Percentual de participação
Itajaí Biogás e Energia S.A.	Brasil (PR)	Energia Elétrica	1.546	25,00%

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa nas reservas da Empresa.

Adicionalmente, a Empresa constitui provisão em seu passivo quando a participação da Empresa nas perdas de uma controlada ou coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, exceto em situações de extinção ou inaplicabilidade de tal obrigação da data de apresentação das demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Empresa mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (ii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos, quando aplicável, dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Empresa. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Empresa. Anualmente, a Empresa revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

b) Provisões e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Empresa estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Empresa, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito. Para esses processos, a Empresa mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido das atualizações; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor mais provável de desembolso estimado.
- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota e menor do que provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Empresa não faz provisão, mas divulga em nota explicativa os processos de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno, menor do que possível. Para esses processos, a Empresa não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Empresa acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Empresa, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

c) Receita não faturada

A Empresa registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda pautadas em contratos e cumprimento das obrigações de desempenho por valores considerados altamente prováveis de serem realizados pela Empresa, observando o período de competência da efetiva prestação dos serviços.

d) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A Empresa registra as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida, metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores como a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Empresa acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

e) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

g) Direito de uso e passivo de arrendamento

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Empresa ("spread" de crédito). A Empresa utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Empresa nos exercícios apresentados.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A Empresa classifica os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento, considerando que referem-se ao custo de obtenção de recursos financeiros.

4.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber da Empresa são provisionadas para perdas baseada na taxa histórica de perdas de períodos anteriores e perdas esperadas, conforme preconiza o CPC 48 (IFRS 9). Nos casos em que a Empresa obtiver claras evidências de que o valor não será recebido, será considerado perda efetiva (despesas gerais e administrativas na Demonstração de Resultados).

A política da Empresa para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 180 dias. O saldo vencido há mais de 180 dias não provisionado em 31 de dezembro de 2024, líquido da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a renegociações em fase de formalização e com alta probabilidade de êxito, para os quais Administração não espera registrar perdas.

Além disso, em linha com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, a política da Empresa também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Empresa de acordo com o relacionamento com os clientes e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber.

Fazem parte da estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes de domicílio, e há mais de 365 dias dos clientes públicos.

No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros a prazo e somente registrado se for relevante para as demonstrações financeiras.

4.3. Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado
Contas a receber de Clientes	Custo amortizado
Ativo Financeiro de Concessão	Custo amortizado
Ativos de Contrato	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos, Financiamentos e Notas Comerciais	Custo amortizado
Outras Obrigações	Custo amortizado

4.3.1. Ativos Financeiros

Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativo financeiro de concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, empréstimos a coligadas e adiantamento a clientes.

A Empresa avaliou no final do período se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estaria deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de

um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

4.3.2. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Empresa não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4.4. Intangível

Softwares e direitos de uso

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o poder concedente ou cliente.

Ativo intangível - Construções decorrentes de contratos de concessões

A Empresa reconhece seus ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Empresa. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização. O saldo é amortizado conforme prazo do contrato de concessão, ou vida útil, dos dois o menor.

4.5. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas"

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	50
Instalações	15
Máquinas e equipamentos	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4 a 7
Equipamentos de comunicação	5
Benfeitorias em aterros sanitários	Conforme vida útil residual

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, sendo que representam adequadamente a posição no final do exercício.

4.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

4.7. Empréstimos, financiamentos e notas comerciais

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e notas comerciais são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos, financiamentos e notas comerciais são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.8. Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

As obrigações da Empresa nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Todos os contratos contemplam opções de renovação.

Premissas para o reconhecimento

A Empresa reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.

- (i) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (ii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iii) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (iv) A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi obtida através de pesquisas de mercado, objetivando aplicar uma taxa de desconto similar ao custo financeiro de aquisição de ativos similares, caso fossem financiados.

As operações de arrendamento da Empresa em vigência em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

i) Arrendatário

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

ii) Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 10 anos.

iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

4.9. Concessões

Ativo financeiro - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção, sejam eles ao longo do contrato ou ao término da concessão.

Ativo intangível - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelas receitas de serviços remunerados diretamente pelo consumidor (proprietário ou responsável pelo imóvel), sendo caracterizadas como ativo intangível em suas contabilizações. Diante das circunstâncias desses casos, a Empresa (Concessionária) reconhece o ativo intangível na medida em que a contraprestação do concessionário depende do uso da infraestrutura, assumindo o risco de demanda.

A Empresa reconhece seus ativos financeiros e intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Empresa. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

Modelo híbrido: os serviços em que parte do valor será subsidiada pelas prefeituras e a outra parte é paga pelo usuário, a Empresa deve caracterizar a receita pelo modelo híbrido, reconhecendo a receita subsidiada pela prefeitura como ativo financeiro e os proventos advindos dos consumidores como ativo intangível.

4.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao período corrente são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Empresa contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Empresa se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.11. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, considerando os gastos incorridos pela Empresa na formação da infraestrutura de cada contrato, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Empresa como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Empresa. Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros.

4.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

A Empresa e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos serviços, a Empresa e suas controladas consideram os efeitos, quando aplicado da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Receitas de serviços de saneamento e limpeza urbana

A prestação de serviços é realizada em sua maioria para clientes do Poder Público. Os contratos firmados, sendo a Empresa vencedora da licitação, caracterizam modelo de concessão ou contrato de prestação de serviços. A receita de prestação de serviço é reconhecida por ocasião da prestação de cada serviço, seguindo os requisitos de reconhecimento de receita. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Empresa na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Empresa na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12/ ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível e contas a receber por direitos a faturar).

c) Remuneração de ativo financeiro

A remuneração de ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da Empresa. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Empresa reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

5. NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

As seguintes novas normas foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Empresa irá adotar as normas e novas interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Fixo	33	39	33	39
Bancos Conta Movimento	98	121	101	125
Aplicações de Liquidez Imediata	67.953	108.142	74.556	108.142
Total	68.084	108.302	74.690	108.306

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB"), fundo de investimento e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações estando a remuneração relacionada a uma variação média anual ponderada de aproximadamente 100,45% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2024 (100,76% do CDI em 31 de dezembro de 2023). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do Pronunciamento Contábil CPC 03.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber				
Órgãos Públicos	45.846	36.475	47.669	36.475
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	116.415	111.888	116.415	111.888
Clientes particulares	533	812	533	812
Total	162.794	149.175	164.617	149.175
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(93.077)	(87.013)	(93.077)	(87.013)
Total	69.717	62.161	71.539	62.161

Demonstramos abaixo a abertura de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aging List de Contas a Receber de Clientes	4	3	4	3
A Vencer até 60 dias	18.131	18.834	18.540	18.834
Vencidos de 1 a 30 dias	7.017	10.752	7.732	10.752
Vencidos de 31 a 180 dias	13.441	14.261	13.651	14.261
Vencidos de 181 a 365 dias	11.542	12.037	11.542	12.037
Vencidos acima de 365 dias	79.516	70.052	79.516	70.052
Total	129.647	125.936	130.981	125.936
Receitas a faturar	33.147	23.238	33.636	23.238
Total	162.794	149.174	164.617	149.174

Apresentamos a seguir a composição do total do contas a receber vencido, líquido das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Contas a Receber	Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Órgãos Públicos	7.380	(1.964)	5.417	5.442
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	104.656	(90.884)	13.772	14.442
Clientes particulares	405	(229)	175	205
	<u>112.441</u>	<u>(93.077)</u>	<u>19.364</u>	<u>20.089</u>

A movimentação Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa da Empresa é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	(85.039)	(85.369)
Aquisição de investimentos - transferência de acervo líquido (i)	(329)	-
Adições	(27.920)	(27.919)
Contas a receber baixadas por recebimento	<u>26.275</u>	<u>26.275</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(87.013)</u>	<u>(87.013)</u>
Adições	(19.352)	(19.352)
Contas a receber baixadas por recebimento	<u>13.288</u>	<u>13.288</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(93.077)</u>	<u>(93.077)</u>

(i) Refere-se à transferência de acervo líquido ocorrida na incorporação do Grupo Tucano, ocorrida em 1º de janeiro de 2023.

Garantias

A Empresa efetuou as seguintes cessões em garantias:

a) Contas a receber das tarifas de coleta de lixo de Joinville cedidos em garantia na operação de emissão de debêntures realizada por sua controladora Ambiental Participações com o Banco Bradesco S.A.

b) Contas a receber das tarifas de coleta de lixo dos municípios de São José, Itapema e Itajaí em garantia na operação de emissão de notas comerciais com o Banco Itaú S.A.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CSRF a recuperar	244	165	244	165
IRRF a recuperar (i)	6.523	3.149	6.629	3.149
Crédito Judicial - INSS (ii)	787	1.347	787	1.347
Outros impostos a recuperar	121	121	203	121
Total	7.675	4.782	7.862	4.782

(i) Os saldos apresentados referem-se, substancialmente, ao imposto de renda retido na fonte pelos clientes, discriminados em notas fiscais de serviço.

(ii) Refere-se ao saldo de contingência ativa, no qual a Empresa solicitou inexigibilidade de Contribuição Previdenciária e contribuição destinada a Terceiros sobre o abono assiduidade, salário-maternidade, bem como sobre os dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença, o qual teve sentença transitada em julgado a favor da Empresa no exercício de 2021.

9. PARTES RELACIONADAS

As seguintes transações foram registradas com partes relacionadas:

(a) Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas

Parte Relacionada	Taxa de juros	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental Participações S.A. (controladora) (i)	IPCA	Contrato de mútuo	102.066	93.348	102.066	93.348
Itajai Biogás e Energia S.A. (investida)	Poupança	Contrato de mútuo	184	173	184	173
			102.250	93.521	102.250	93.521
Ativo Circulante			102.066	93.348	102.066	93.348
Ativo Não Circulante			184	173	184	173

(i) Refere-se, substancialmente, à contrato de mútuo celebrado entre a Empresa e sua controladora Ambiental Participações S.A., para cumprimento de suas obrigações financeiras.

(b) Juros sobre Capital Próprio a pagar

Abaixo apresentamos o saldo de Juros sobre Capital Próprio creditado à sócia e não quitados na data das Demonstrações Financeiras:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental Participações S.A. (controladora)	Juros sobre Capital Próprio	10.020	6.235	10.020	6.235

(c) Demais transações com partes relacionadas

Os saldos demonstrados abaixo possuem relação com partes relacionadas da Empresa:

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócias em comum)	17	Direito de Uso de Arrendamento - locação de imóveis	720	688	720	688
Total de saldos com outras transações com Partes Relacionadas - Ativo			720	688	720	688

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Emtuco Serviços e Participações S/A (sócios com vínculo familiar)	18	Contratação de serviços	4	8	4	8
Ambiental Participações S.A. (controladora)	18	Locação de bens móveis	1.217	700	1.217	700
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócios em comum)	17	Passivo de arrendamento - locação de bens imóveis	764	694	764	694
Acionistas não controladores (i)	22	Aquisição de cotas de acionista não controlador - Ecotrash	137	372	137	372
Total Partes Relacionadas - Passivo			2.122	1.774	2.122	1.774
Passivo Circulante			2.122	1.637	2.122	1.637
Passivo Não Circulante			-	137	-	137

(i) Refere-se à aquisição das cotas de sócio não controlador da controlada indireta Ecotrash Consultoria Empresarial Ltda.

As transações da controladora com partes relacionadas estão assim representadas na Demonstração de Resultados:

	Consolidado			
	Resultado financeiro		Custo do serviço prestado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental Participações S.A.	3.794	1.564	(12.536)	(6.806)
Emtuco Serviços e Participações S.A.	-	-	(4.297)	(4.841)
Itajaí Biogás e Energia S.A.	14	28	-	28
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	(55)	(57)	(833)	(791)
Total de transações com partes relacionadas	3.753	1.535	(17.666)	(12.410)

Demais informações sobre as transações com partes relacionadas

a) Administradores

A Empresa é administrada por uma Diretoria Executiva com dois integrantes.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como a Empresa não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Empresa também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. O pessoal-chave da administração corresponde aos quotistas e diretores da Empresa.

A remuneração paga ao pessoal chave da Administração por seus serviços correspondeu ao montante consolidado de R\$ 2.705 (R\$ 3.137 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos com terceiros	47	571	46	571
Despesas do exercício seguinte - seguros a apropriar	40	50	40	50
Adiantamentos a funcionários	142	188	142	188
Adiantamentos a fornecedores	821	605	823	605
Precatórios a receber (i)	5.224	11.252	5.224	11.252
Crédito de suplementos (ii)	23.290	16.012	23.290	16.012
Total	29.564	28.678	29.565	28.678
Ativo Circulante	1.054	2.923	1.056	2.923
Ativo Não Circulante	28.510	25.755	28.509	25.755

(i) Precatórios a receber

A Empresa reconheceu valores decorrentes de processos de cobrança de seus clientes. Os processos são listados abaixo:

- Processo 5006121-51.2022.8.24.0031 movido contra o Município de Indaial, cujo objeto era a cobrança de atualização monetária decorrente de atraso de pagamento, diferenças de aprovação de reajuste anual e revisões de preço. O valor atualizado do precatório é de R\$ 205 e a expectativa de recebimento é para o segundo semestre/2026.

- Processo 5033811-17.2023.8.24.0000 movido contra o Município de São José: cujo objeto era a expedição de mandado de pagamento ao município para que efetuasse pagamento de fatura não quitada. O valor atualizado do precatório é de R\$ 1.999 e a expectativa de recebimento é para o primeiro semestre/2026.

- Processo 0004982-71.2020.8.24.0500 movido contra o Município de Balneário Camboriú, cujo objeto era o pedido de equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, que cobra o saldo da arrecadação da Tarifa de Coleta de Lixo do ano de 1998. O valor atualizado do precatório é de R\$ 3.019. O crédito está sendo recebido de forma parcelada.

(ii) Créditos de suplemento

A Empresa assinou no dia 20 de abril de 2022 o 8º Termo Aditivo ao Contrato 378/2022 - Contrato de Concessão com o Município de Joinville. O Termo Aditivo determinou cronograma financeiro para quitação dos valores de suplementos, que representam a parte dos serviços remunerados pelo município. Desde a assinatura do Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2024, o crédito de suplemento foi reconhecido de acordo com valores aprovados pelo Município anualmente. O crédito de suplemento está previsto para ser quitado a partir de 2025. O percentual do suplemento relativo às construções de obras está registrado na rubrica de Ativo de Contrato.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Composição dos impostos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo fiscal diferido				
Ativo Intangível e Financeiro - Custos de Construções de Concessões	(33.347)	(25.649)	(33.347)	(25.649)
Arrendamentos	(61)	(37)	(61)	(37)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(969)	(998)	(969)	(998)
Provisão para Contingências	(1.685)	(1.569)	(1.684)	(1.569)
Ágio gerado em aquisições de investimentos	652	(868)	652	(868)
Provisão para Encerramento dos Aterros Sanitários	(283)	(117)	(283)	(117)
Passivo fiscal diferido				
Imobilizado - Custo Atribuído	897	938	896	938
Imobilizado - Revisão da Vida Útil	5.250	5.390	5.348	5.390
Ativo Intangível e Financeiro - Construções de Concessões	52.987	38.812	52.987	38.812
Receita sobre Precatórios	1.776	3.826	1.776	3.826
Lucro Diferido com Órgãos Governamentais (i)	12.348	10.959	12.797	10.959
Ativo e passivo fiscal diferido, líquido	37.565	30.687	38.112	30.687

(i) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

b) Reconciliação da Alíquota Nominal com a Taxa Efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Empresa, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis aos lucros individual e consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	79.792	74.552	80.375	74.552
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(27.129)	(25.348)	(27.328)	(25.348)
Efeito das adições (exclusões)	8.092	4.303	7.707	4.303
Equivalência patrimonial	388	12	(144)	13
Juros sobre o Capital Próprio	7.565	4.790	7.565	4.790
Prejuízo Fiscal	-	-	(112)	-
Outros	139	(499)	398	(500)
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(19.037)	(21.045)	(19.621)	(21.045)
Composição do IR e da CS:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.055)	(12.653)	(12.194)	(12.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.982)	(8.392)	(7.426)	(8.392)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(19.037)	(21.045)	(19.620)	(21.045)
Alíquota efetiva	-24%	-28%	-24%	-28%

12. ATIVO DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de contrato (i)	145.190	106.449

(i) O ativo de contrato é substancialmente composto pela receita de construção da obra Unidade de Recuperação Energética, em construção no Aterro Sanitário de Joinville. No processo de renovação da sua concessão junto à Prefeitura Municipal de Joinville, a Empresa assumiu a contrapartida de desenvolver uma linha de produção para geração de CSBI - Composto Biossintético Industrial, composto este que será utilizado como combustível em uma caldeira de vapor, com intuito de gerar energia elétrica via turbogerador. A receita reconhecida referente esta obra totaliza o montante de R\$ 103.443.

A incorporação desse ativo ao intangível e financeiro da Empresa ocorrerá quando o mesmo for finalizado, com previsão para o primeiro semestre de 2025, sendo que essa linha de produção não gerará incremento na tarifa cobrada pela Empresa.

Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Obras em andamento</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		63.217
Adições		47.506
Juros		947
Transferências		(4.551)
Baixas por recebimento		(670)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>106.449</u>
Adições		43.471
Juros		1.631
Transferências		(6.229)
Baixas por recebimento		(132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>145.190</u>
13. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO		
	<u>Consolidado</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>4.078</u>
(+) Aumento		1.228
(-) Recebimentos		(3.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>1.842</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>1.842</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	-	-
Não Circulante	1.842	1.842
Total	<u>1.842</u>	<u>1.842</u>

O ativo financeiro é representado pelo direito de faturar receitas decorrentes de construções relacionadas aos contratos de concessões públicas. A amortização do saldo ocorre na medida em que há o recebimento da contrapartida do cliente.

- Os saldos referem-se à construções vinculadas aos contratos de concessão de Joinville e Itajaí. Não há expectativa de recebimento dos saldos a curto prazo.

14. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Empresas Controladas</u>				
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	1	4	-	-
Ambiental Meio Ambiente Ltda. (i)	8.041	-	-	-
<u>Empresas Coligadas</u>				
Itajaí Biogás e Energia S.A.	871	1.294	871	1.294
<u>Outros investimentos</u>				
Cotas de capital em cooperativas (ii)	381	377	381	377
Total Investimentos	9.293	1.675	1.252	1.671

(i) A empresa Ambiental Meio Ambiente foi constituída em 08 de março de 2024 por meio da integralização de capital realizada pela Empresa.

(ii) Refere-se às cotas de capital nas cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob, requisito obrigatório para manutenção da conta e relacionamento nessas instituições.

b) Movimentação dos investimentos - Controladora

	Saldo Inicial	Adições	Depreciação, Amortização e Impairment	Equivalência Patrimonial	Transações sociárias	Saldo Final
Em 31 de Dezembro de 2022						
Controladas (Diretas)						
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	8	-	-	(4)	-	4
T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda (i)	26.893	-	-	-	(26.893)	-
Tucano Gestão Ambiental Ltda (i)	2.783	-	-	-	(2.783)	-
Continental Obras e Serviços Ltda (i)	5.549	-	-	-	(5.549)	-
Mais Valias	91.005	-	-	-	(91.005)	-
Ágios (ii)	23.590	470	(470)	-	(23.590)	-
Coligada (Influência Significativa)						
Itajaí Biogás S.A. (iii)	84	1.231	-	(21)	-	1.294
Em 31 de Dezembro de 2023	149.912	1.701	(470)	(25)	(149.820)	1.298
Controladas (Diretas)						
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	4	-	-	(3)	-	1
Ambiental Meio Ambiente Ltda.	-	7.000	-	815	226	8.041
Coligada (Influência Significativa)						
Itajaí Biogás S.A.	1.294	-	-	(423)	-	871
Em 31 de Dezembro de 2024	1.298	7.000	-	388	226	8.912

(i) Em 1º de janeiro de 2023 a Empresa incorporou os investimentos adquiridos. O ágio e as mais valias foram transferidos para as rubricas do Intangível e Imobilizado.

(ii) Durante o exercício de 2023, a Empresa adquiriu a participação do sócio não controlador da controlada Ecotrash - Consultoria Empresarial, Conservação, Limpeza e Saneamento Ltda. O ágio gerado na operação passou por avaliação de impairment, onde o mesmo foi evidenciado. Foi realizada provisão de baixa do impairment durante o exercício.

(iii) A Empresa ainda possui investimentos em cooperativas, saldos não contemplados no quadro.

c) Resumo das Informações Financeiras de Controladas

Investimento em controladas em 31 de dezembro de 2023

	2023								Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro (Prejuízo) Bruto	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	
	% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido				Investimento
Controladas Diretas												
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	100%	4	-	4	-	-	-	4	4	-	-	(4)
								<u>4</u>				

Investimento em controladas em 31 de dezembro de 2024

	2024								Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro (Prejuízo) Bruto	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	
	% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido				Investimento
Controladas Diretas												
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	100%	1	-	1	-	-	-	1	1	-	-	(3)
Ambiental Meio Ambiente Ltda.	100%	8.616	674	7.942	646	547	99	8.041	8.041	3.380	986	815
								<u>8.041</u>	<u>8.042</u>			

15. IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos (b)	Equipamentos de Comunicação	Imobilizado em Andamento	Mais valia Imobilizado (c)	Provisão para Encerramento dos Aterros (e)	Total
			6,66%	5 a 10%	10%	20%	14 a 25%	0,2%				
Custo	7.731	-	783	4.312	1.060	1.823	59.554	58	608	-	-	75.929
Depreciação Acumulada	-	-	(440)	(2.130)	(733)	(1.048)	(34.112)	(57)	-	-	-	(38.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.731	-	343	2.182	327	775	25.442	1	608	-	-	37.409
Adições	-	-	43	1.913	100	535	1.383	7	6.647	-	-	10.628
Baixas	(45)	-	(17)	(202)	(139)	(217)	(5.100)	(9)	(112)	(2.407)	-	(8.248)
Transferências	108	(548)	1.143	(4.292)	22	48	6.735	(3)	(3.213)	-	-	-
Depreciação	-	(2)	(606)	(2.242)	(95)	(298)	(7.547)	-	-	(6.171)	(344)	(17.304)
Baixa da Depreciação	-	-	13	141	136	208	4.391	4	-	246	-	5.139
Incorporação de empresas (Custo)	3.379	651	2.960	22.748	372	248	25.564	-	375	27.092	10.686	94.074
Incorporação de empresas (Depreciação)	-	(102)	(1.285)	(8.995)	(256)	(168)	(13.259)	-	-	(2.569)	-	(26.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.594	11.253	467	1.131	37.609	-	4.305	16.191	10.342	95.065
Custo	11.173	103	4.911	24.479	1.415	2.437	88.136	53	4.305	24.685	10.686	172.384
Depreciação Acumulada	-	(103)	(2.317)	(13.226)	(948)	(1.306)	(50.527)	(53)	-	(8.494)	(344)	(77.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.594	11.253	467	1.131	37.609	-	4.305	16.191	10.342	95.065
Adições	1.056	-	509	4.005	701	629	1.858	-	26.815	-	-	35.573
Baixas	(307)	-	(71)	(275)	(69)	(288)	(1.631)	(14)	(89)	(556)	-	(3.300)
Transferências	-	-	1.263	614	68	30	20.346	-	(22.321)	-	-	-
Transferências Cisão (Custo)	-	-	(5)	(53)	(19)	(27)	(1.895)	-	(2)	-	-	(2.001)
Depreciação	-	-	(1.001)	(2.199)	(113)	(386)	(7.544)	-	-	(4.364)	(428)	(16.035)
Baixa da Depreciação	-	-	44	131	63	277	1.228	14	-	314	-	2.072
Transferências Cisão (Depreciação)	-	-	2	21	12	12	1.458	-	-	-	-	1.505
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.335	13.497	1.110	1.378	51.429	-	8.708	11.585	9.914	112.878
Custo	11.922	103	6.608	28.770	2.096	2.781	106.814	38	8.708	24.129	10.686	202.655
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.272)	(15.273)	(986)	(1.403)	(55.385)	(39)	-	(12.544)	(772)	(89.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.335	13.497	1.110	1.378	51.429	-	8.708	11.585	9.914	112.878

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em, 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os veículos adquiridos através de Financiamentos são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de veículos para a operação da Empresa, que ainda não entraram em operação.

(d) O saldo refere-se a transferência de acervo líquido das contas de investimento em 1º de janeiro de 2023, em decorrência da incorporação dos investimentos.

(e) Refere-se à provisão com custos futuros para encerramento dos aterros sanitários, que representa um conjunto de medidas futuras de responsabilidade da Empresa para remediação ambiental, visto que a Empresa possui obrigação sobre o solo e manutenções, o tratamento de todo o chorume restante nas estações de tratamento e manutenção dos sistemas de tratamento, até 20 anos após o encerramento dos ativos. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 12,5% a.a.

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. - 03.094.629/0001-36

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos (b)	Equipamentos de Comunicação	Imobilizado em Andamento (c)	Mais valia Imobilizado (d)	Provisão para Encerramento dos Aterros (e)	Total
		6,66%	6,66%	5 a 10%	10%	20%	14 a 25%	0,2%				
Custo	11.110	651	3.743	27.059	1.433	2.071	85.119	58	981	27.092	-	159.317
Depreciação Acumulada	-	(101)	(1.725)	(11.125)	(990)	(1.216)	(47.371)	(57)	-	(2.569)	-	(65.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.110	550	2.018	15.934	443	855	37.748	1	981	24.523	-	94.163
Adições	-	-	42	1.913	100	535	1.384	7	6.647	-	10.686	21.314
Baixas	(45)	-	(17)	(202)	(140)	(216)	(5.100)	(8)	(112)	(2.407)	-	(8.247)
Transferências	108	(548)	1.143	(4.292)	23	48	6.735	(4)	(3.213)	-	-	-
Depreciação	-	(2)	(606)	(2.242)	(95)	(297)	(7.547)	-	-	(6.171)	(344)	(17.304)
Baixa da Depreciação	-	-	13	141	136	208	4.391	4	-	246	-	5.139
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.593	11.252	467	1.133	37.611	-	4.303	16.191	10.342	95.065
Custo	11.173	103	4.911	24.478	1.416	2.438	88.138	53	4.303	24.685	10.686	172.384
Depreciação Acumulada	-	(103)	(2.318)	(13.226)	(949)	(1.305)	(50.527)	(53)	-	(8.494)	(344)	(77.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.593	11.252	467	1.133	37.611	-	4.303	16.191	10.342	95.065
Adições	1.056	-	509	4.005	703	629	1.858	-	26.913	-	-	35.673
Baixas	(307)	-	(71)	(276)	(68)	(291)	(1.631)	(14)	(90)	(556)	-	(3.304)
Transferências	-	-	1.263	614	68	30	20.441	-	(22.416)	-	-	-
Transferências Cisão (Custo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(1.001)	(2.202)	(114)	(389)	(7.593)	-	-	(4.364)	(429)	(16.092)
Baixa da Depreciação	-	-	44	131	63	281	1.228	14	-	314	-	2.075
Transferências Cisão (Depreciação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.337	13.524	1.119	1.393	51.914	-	8.710	11.585	9.913	113.417
Custo	11.922	103	6.612	28.821	2.119	2.806	108.806	39	8.710	24.129	10.686	204.753
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.275)	(15.297)	(1.000)	(1.413)	(56.892)	(39)	-	(12.544)	(773)	(91.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.337	13.524	1.119	1.393	51.914	-	8.710	11.585	9.913	113.417

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os veículos adquiridos através de Financiamento são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de veículos para a operação da Empresa, que ainda não entraram em operação.

(d) A mais valia refere-se ao valor justo sobre o imobilizado do Grupo Tucano adquirido durante o ano de 2022.

(e) Refere-se à provisão com custos futuros para encerramento dos aterros sanitários, representa um conjunto de medidas futuras de responsabilidade da Empresa para remediação ambiental, visto que a Empresa possui obrigação sobre o solo e manutenções, o tratamento de todo o chorume restante nas estações de tratamento e manutenção dos sistemas de tratamento, até 20 anos após o encerramento dos ativos. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 12,5% a.a.

16. INTANGÍVEL

Controladora	Software	Obras em Aterro Sanitário	Sistema de Contentores Subterrâneos	Outros (a)	Intangível em andamento	Contratos de Concessão (b)	Mais valia - Licenças de operação de aterros sanitários (c)	Mais valia - Relacionamento com clientes (c)	Ágio (d)	Total
Taxas de amortização a.a.	0,2%	0,2%	0,05%							
Custo	700	1.470	1.221	509	1.807	12.805	-	-	-	18.512
Amortização Acumulada	(465)	(1.325)	(272)	(64)	-	(4.669)	-	-	-	(6.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235	145	949	445	1.807	8.136	-	-	-	11.717
Adições	282	-	-	-	421	619	-	-	-	1.322
Baixas	(3)	-	-	-	(2.228)	(203)	-	-	-	(2.434)
Amortização	(154)	(20)	(95)	(36)	-	(473)	(5.127)	(3.718)	-	(9.623)
Transferências de Acervo Líquido (Custo)	6	-	-	-	-	-	48.500	25.421	23.590	97.517
Transferências de Acervo Líquido (Amortização)	-	-	-	-	-	-	(3.392)	(4.048)	-	(7.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	366	125	854	409	-	8.079	39.981	17.655	23.590	91.059
Custo	985	1.470	1.221	509	-	13.221	48.500	25.421	23.590	114.917
Amortização Acumulada	(619)	(1.345)	(367)	(100)	-	(5.142)	(8.519)	(7.766)	-	(23.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	732	250	1.708	818	-	16.158	79.962	35.310	47.180	91.059
Adições	189	-	-	-	152	6.228	-	-	-	6.569
Transferência Cisão	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Amortização	(142)	(15)	(95)	(36)	-	(1.179)	(5.111)	(3.020)	-	(9.598)
Transferência Cisão Amortização	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2024	779	235	1.613	782	152	21.207	74.851	32.290	47.180	88.030
Custo	1.173	1.470	1.221	509	152	19.449	48.500	25.421	23.590	121.485
Amortização Acumulada	(760)	(1.360)	(462)	(136)	-	(6.321)	(13.630)	(10.786)	-	(33.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	413	110	759	373	152	13.128	34.870	14.635	23.590	88.030

(a) A média de amortização dos itens gira em torno de 5% ao ano.

(b) O prazo do intangível é determinado de acordo com o prazo contratual da concessão.

(c) O saldo refere-se a transferência de acervo líquido das contas de investimento em 1º de janeiro de 2023, em decorrência da incorporação dos investimentos. O prazo de vida útil para amortização da mais valia dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

(d) Ágios oriundos de aquisição das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., ocorridas no dia 1º de maio de 2022. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos foram reconhecidos e testados em relação aos seus valores recuperáveis onde não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. O prazo de vida útil para amortização dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

Consolidado	Software	Obras em Aterro Sanitário	Sistema de Contentores Subterrâneos	Outros (a)	Intangível em andamento	Contratos de Concessão (b)	Mais valia - Licenças de operação de aterros sanitários (c)	Mais valia - Relacionamento com clientes (c)	Ágio (d)	Total
Taxas de amortização a.a.	0,2%	0,2%	0,05%							
Custo	700	1.470	1.221	509	1.807	12.805	48.500	25.422	23.590	116.024
Amortização Acumulada	(465)	(1.325)	(272)	(64)	-	(4.669)	(3.392)	(4.048)	-	(14.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235	145	949	445	1.807	8.136	45.109	21.375	23.590	101.790
Adições	282	-	-	-	422	618	-	-	-	1.322
Baixas	-	-	-	-	(2.227)	(203)	-	-	-	(2.430)
Amortização	(154)	(21)	(94)	(36)	-	(474)	(5.126)	(3.718)	-	(9.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	363	124	855	409	2	8.077	39.983	17.657	23.590	91.059
Custo	982	1.470	1.221	509	2	13.220	48.500	25.422	23.590	114.916
Amortização Acumulada	(619)	(1.346)	(366)	(100)	-	(5.143)	(8.518)	(7.766)	-	(23.857)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	363	124	855	409	2	8.077	39.983	17.657	23.590	91.059
Adições	189	-	-	-	151	6.229	-	-	-	6.569
Amortização	(142)	(15)	(95)	(36)	-	(1.179)	(5.111)	(3.020)	-	(9.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410	109	760	373	153	13.127	34.872	14.637	23.590	88.030
Custo	1.171	1.470	1.221	509	153	19.449	48.500	25.422	23.590	121.485
Amortização Acumulada	(761)	(1.361)	(461)	(136)	-	(6.322)	(13.629)	(10.786)	-	(33.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410	109	760	373	153	13.127	34.872	14.637	23.590	88.030

(a) A média de amortização dos itens gira em torno de 5% ao ano.

(b) O prazo do intangível é determinado de acordo com o prazo contratual da concessão.

(c) A mais valia refere-se ao valor justo sobre as licenças de operação dos aterros sanitários e carteira de clientes do Grupo Tucano, adquirido durante o ano de 2022. O prazo de vida útil para amortização da mais valia dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

(d) Ágios oriundos de aquisição das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., ocorridas no dia 1º de maio de 2022. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos foram reconhecidos e testados em relação aos seus valores recuperáveis onde não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. O prazo de vida útil para amortização dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

17. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa possuía 59 (55 em 31 de dezembro de 2023) contratos de arrendamentos de máquinas e equipamentos e imóveis, os quais são utilizados em suas operações. Os prazos contratuais variam de 1 a 5 anos. A taxa utilizada para cálculo do valor presente foi de 1,0125% (1,0125% em 31 de dezembro de 2023), considerada como taxa de captação de recursos no mercado.

a) Direito de Uso de Ativos

	Controladora			
	Imóveis	Veículos	Máquinas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.659	2.933	973	5.565
Adições	3.542	3.873	5.258	12.674
Depreciação	(3.247)	(6.806)	(4.146)	(14.199)
Baixas por rescisão contratual	(2)	-	(13)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.952	-	2.073	4.026
-	-	-	-	-
Adições	7.500	12.639	7.822	27.961
Depreciação	(3.794)	(12.639)	(5.400)	(21.833)
Baixas por rescisão contratual	(229)	-	(215)	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.428	-	4.281	9.709

	Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Máquinas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.659	2.933	973	5.565
Adições	3.542	3.873	5.258	12.673
Depreciação	(3.247)	(6.806)	(4.146)	(14.199)
Baixas por rescisão contratual	(3)	-	(11)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.952	-	2.074	4.025
Adições	7.593	12.639	7.881	28.113
Depreciação	(3.841)	(12.639)	(5.408)	(21.888)
Baixas por rescisão contratual	(229)	-	(215)	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.475	-	4.332	9.806

b) Passivo de Arrendamento

	Controladora		
	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.159	(441)	5.718
Adições	13.537	(864)	12.673
Realização	(15.136)	891	(14.245)
Rescisão contratual	(15)	1	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.546	(413)	4.133
Adições	31.632	(3.671)	27.961
Realização	(23.665)	1.856	(21.809)
Rescisão contratual	(410)	15	(396)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.103	(2.214)	9.889
Parcela Circulante	5.889	(1.430)	4.459
Parcela Não Circulante	6.213	(783)	5.430
Total	12.102	(2.213)	9.889

	Consolidado		
	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.159	(441)	5.718
Adições	13.537	(864)	12.673
Realização	(15.136)	891	(14.245)
Rescisão contratual	(15)	1	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.546	(413)	4.133
Adições	31.799	(3.686)	28.113
Realização	(23.726)	1.862	(21.864)
Rescisão contratual	(410)	15	(395)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.209	(2.222)	9.987
Parcela Circulante	5.996	(1.439)	4.557
Parcela Não Circulante	6.213	(783)	5.430
Total	12.209	(2.222)	9.987

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
2025	2.654	2.767	5.421	2.700	2.819	5.519
2026	402	1.253	1.655	402	1.253	1.655
2027	277	317	594	277	317	594
2028 até 2033	2.219	-	2.219	2.219	-	2.219
	5.552	4.337	9.889	5.598	4.389	9.987

d) Efeitos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de depreciação de ativos de direitos de uso	(21.833)	(7.392)	(21.888)	(7.392)
Despesas de juros sobre passivos de arrendamentos	(1.856)	(635)	(1.862)	(635)
Despesas relativas a arrendamentos de ativos de baixo valor	(2.287)	(439)	(2.289)	(439)
Custos relativos à rescisão de contratos	10	(1)	10	(1)
Total reconhecido no resultado	(25.966)	(8.467)	(26.029)	(8.467)

e) Movimentações de arrendamentos com partes relacionadas

	Consolidado		
	Direito de Uso	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.585	3.759	(116)
Adições	4.700	4.936	(447)
Baixas	(7.597)	(7.961)	523
Saldos em 31 de dezembro de 2023	688	734	(40)
Adições	13.503	14.351	(847)
Baixas	(13.471)	(14.331)	849
Saldos em 31 de dezembro de 2024	720	754	(38)

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	13.267	14.265	13.340	14.265
Fornecedores - partes relacionadas (i)	1.221	708	1.221	708
Total	14.488	14.973	14.561	14.973

(i) As transações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9 - Partes Relacionadas.

A análise de vencimentos de fornecedores está apresentada a seguir:

Aging List de Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 30 dias	12.798	13.512	12.851	13.512
A vencer de 31 a 180 dias	1.329	1.270	1.329	1.270
A vencer de 181 a 365 dias	232	126	232	126
Vencidos até 365 dias	105	6	125	6
Vencidos há mais de 365 dias	24	59	24	59
Total	14.488	14.973	14.561	14.973

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos Financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro (i)	CDI + 2,85% a.a.	79.126	86.903	79.126	86.903
Financiamentos (ii)	Selic + 2,25% a Selic + 4,19% a.a.	21.670	5.788	21.670	5.788
Total		100.796	92.691	100.796	92.691
Total Circulante		12.248	6.732	12.248	6.732
Total Não Circulante		88.548	85.959	88.548	85.959

(i) Capital de Giro

Emissão de Nota Comercial

Em 27 de junho de 2023, a Empresa realizou sua 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos sob o regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$ 90.000.

Os recursos líquidos captados serão destinados para investimentos de capital (capex) no âmbito dos contratos de concessão e reforço do capital de giro.

Possui garantia fidejussória, na forma de aval, e garantia real, na forma de cessão fiduciária.

A Nota Comercial será amortizada em 27 parcelas trimestrais, sendo a primeira paga em dezembro de 2023 e a última em junho de 2030. A remuneração incidirá sobre o valor unitário das Notas Comerciais e será correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 2,85% ao ano, base 252 dias úteis.

(ii) Financiamentos

Finames e Cédula de Crédito Bancário

As captações foram realizadas para financiamento de aquisições dos principais ativos utilizados na operação dos serviços de Limpeza Urbana. A amortização dos contratos varia de mensal a trimestral, sendo o vencimento da última parcela em 2028.

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	92.691	7.040	92.691	7.040
(+) Adição de principal	17.333	90.495	17.333	90.495
(+) Adição de juros	12.917	7.882	12.917	7.882
(-) Amortização de principal	(9.996)	(3.736)	(9.996)	(3.736)
(-) Amortização de juros	(12.337)	(7.876)	(12.337)	(7.876)
(+) Custo de transação	184	(1.114)	184	(1.114)
Saldo no final do exercício	100.792	92.691	100.792	92.691

c) Cronograma de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2025	16.475	6.732	16.475	6.732
2026	23.811	16.832	23.811	16.832
2027	22.767	19.580	22.767	19.580
2028	20.360	18.458	20.360	18.458
2029	12.788	16.083	12.788	16.083
2030	4.591	15.006	4.591	15.006
	100.792	92.691	100.792	92.691

d) Garantias

As garantias dos contratos estão descritas a seguir:

- Finames (financiamentos de veículos e equipamentos): alienação fiduciária dos veículos adquiridos;
- Cédula de Crédito Bancário (aquisição de veículos): alienação fiduciária dos veículos adquiridos;
- Nota Comercial: (a) aval corporativo da subsidiária da controladora da Empresa (Ambiental Participações S.A.), Beta Desenvolvimento Imobiliário e Alfa Holding e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos Contratos de Concessão celebrados entre a Empresa e os Municípios de São José, Itapema e Itajaí/SC e também da conta vinculada onde transitam esses recursos.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no contrato da Nota Comercial são apurados anualmente com base nos números consolidados da Empresa e sua controladora, conforme estabelecido nos contratos firmados e estão sendo cumpridos.

Os compromissos não financeiros estão sendo cumpridos. Apresentamos os principais:

- Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), dividendos e mútuos limitados a 35% do lucro líquido anual;
- Negative Pledge de aval pessoal dos sócios em favor de terceiros; e
- Manutenção de auditoria de 1ª linha (Big Four) durante toda a vigência da operação.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e Ordenados a pagar	8.763	8.023	8.859	8.023
Encargos sobre a Folha a recolher	3.559	2.951	3.616	2.951
Provisão Férias	10.454	9.402	10.547	9.402
Encargos sobre Férias	4.088	3.651	4.124	3.651
Outros	1.127	954	1.133	954
Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.991	24.981	28.279	24.981
Circulante	27.991	24.772	28.279	24.772
Não circulante	-	209	-	209

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PASSIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Tributárias				
PIS a recolher	592	684	601	684
COFINS a recolher	2.754	3.203	2.797	3.203
PIS a pagar sobre diferidos (i)	1.007	774	1.033	774
COFINS a pagar sobre diferidos (i)	4.652	3.609	4.772	3.609
ISS sobre faturamento a recolher	2.730	2.253	2.745	2.253
Outros	1.528	1.124	1.530	1.124
Passivo Fiscal Corrente				
CSLL a recolher	728	1.615	728	1.615
IRPJ a recolher	-	11	-	11
Total Circulante	13.991	13.273	14.206	13.273

(i) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aquisição de imóveis (a)	347	347
Indenizações a terceiros a pagar	748	700
Aquisição de investimentos (b)	23.853	21.255
Valores a repassar ao Poder Concedente	648	648
Aquisição de participação de acionista não controlador - parte relacionada	137	235
Outras contas a pagar	1.670	1.538
Adiantamentos de tarifa de coleta de lixo	1.450	-
Tarifa de coleta de lixo recebidas em duplicidade (c)	2.391	-
Total Circulante	31.244	24.723
Aquisição de investimentos (b)	33.767	47.767
Aquisição de imóveis (a)	5.838	6.179
Aquisição de participação de acionista não controlador - parte relacionada	-	138
Tarifa de coleta de lixo recebidas em duplicidade (c)	-	1.092
Total Não Circulante	39.605	55.176
a) Obrigações a pagar a terceiros - aquisição de imóveis		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		6.872
Pagamentos		(488)
Atualização monetária		142
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.526
Pagamentos		(495)
Atualização monetária		154
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.185

b) Aquisição de investimentos

Em 30 de abril de 2022, a Empresa concluiu a aquisição da totalidade das quotas das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, Tucano Gestão Ambiental Ltda e Continental Obras e Serviços Ltda., em conjunto denominadas "Grupo Tucano".

O valor da negociação foi firmado da seguinte forma:

<u>Fluxo de pagamentos</u>	<u>T.O.S.</u>	<u>TGA</u>	<u>Continental</u>	<u>Totais</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.281	10.844	15.739	75.864
Pagamento	(10.282)	(2.056)	(3.083)	(15.421)
Atualização monetária	5.720	1.144	1.716	8.580
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.719	9.932	14.372	69.023
Pagamento	(11.879)	(2.376)	(3.564)	(17.819)
Atualização monetária	4.278	855	1.283	6.416
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.118	8.411	12.091	57.620

O cronograma de pagamento do saldo da dívida decorrente da aquisição está demonstrado abaixo:

2025	18.933
2026	14.000
2027	24.687
<u>Total</u>	<u>57.620</u>

c) Tarifas de coleta de lixo recebidas em duplicidade

Refere-se a valores de tarifa de coleta de lixo, recebidas em duplicidade dos clientes. Frequentemente, os clientes são informados da duplicidade gerada no sistema. A Empresa aguarda a decisão do cliente sobre como proceder com os valores.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa e suas controladas no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia mensalmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram as seguintes:

	Consolidado		Total
	Reclamações cíveis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	
Em 31 de dezembro de 2022	2.671	624	3.295
(+) Transferência de acervo líquido - Incorporação de Investimentos (Nota 1)	-	1.770	1.770
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	2.550	1.125	3.675
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(32)	(97)	(129)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(1.921)	(2.076)	(3.997)
Em 31 de dezembro de 2023	3.268	1.346	4.614
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.930	1.349	3.279
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.190)	(630)	(1.820)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(206)	(913)	(1.119)
Em 31 de dezembro de 2024	3.802	1.152	4.954

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do grupo são rés e para as quais a classificação de perda é provável.

Riscos cíveis: As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por usuários do serviço da Empresa ou acidentes de trânsito envolvendo a Empresa.

Riscos trabalhistas e previdenciários: Diversas ações, nas quais a Empresa responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

Abaixo demonstramos o detalhamento dos saldos de depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	836	236	836	236
Trabalhista e previdenciário	178	543	188	543
Tributário	350	350	350	350
Total	1.364	1.129	1.374	1.129

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Empresa está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo demonstramos a composição:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	5.382	7.973
Trabalhistas	9.713	13.977
Tributário	3.111	3.415
Administrativo	1.719	1.479
Total	19.925	26.844

A seguir apresentamos o resumo das ações mais relevantes:

(i) Cíveis

- Ações indenizatórias referentes a acidentes envolvendo a Empresa que representam o valor atualizado/estimado de R\$ 1.177 (R\$ 4.121 em 31 de dezembro de 2023);
- Ações indenizatórias movidas por usuários dos serviços nas cidades em que a Empresa realiza cobrança direta da tarifa de coleta de lixo, solicitando declaração de inexistência de débitos, representam valor estimado de R\$ 854 (R\$ 1.210 em 31 de dezembro de 2023);

(ii) Trabalhista

- Ações movidas em decorrência de acidentes de trabalho, requerendo indenização por danos morais, representam valor estimado de R\$ 3.443 (R\$ 3.495 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Tributário

- Ação civil pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina para discutir contrato de concessão; que o serviço deve ser cobrado por meio de taxa e não de tarifa no município de Balneário Camboriú; e que a Empresa não pode cobrar dos munícipes o serviço. A sentença julgou parcialmente procedente a ação e, desde então, foram interpostos recursos e, atualmente, o processo está aguardando remessa ao Superior Tribunal de Justiça, tendo ocorrido a última atualização em 22 de junho de 2022. O valor possível de perda da causa estimada pelos assessores jurídicos é de R\$ 2.960 (R\$ 2.820 em 31 de dezembro de 2023).

(iv) Administrativa

- Auto de infração visando apurar eventual irregularidade por descarte de resíduos de coleta seletiva em local sem licença ambiental no município de Camboriú, no valor atualizado/estimado de R\$ 1.642.

24. PROVISÃO PARA ENCERRAMENTO DOS ATERROS SANITÁRIOS

De acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico Contábil Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 25, a Empresa deve realizar estimativa de custos referente ao encerramento dos seus aterros sanitários próprios, contabilizada em contrapartida como custo do ativo.

A Empresa realizou provisão de custos futuros para encerramento dos aterros, que representam medidas tomadas para remediação ambiental, sabendo que a Empresa tem obrigatoriedade de acompanhamento do solo, tratamento do chorume gerado, manutenção do sistema de tratamento e demais custos ocorridos a fim de remediar possíveis danos ambientais ao local, por aproximadamente 20 anos após o encerramento das operações no aterro.

A determinação do método e valor a ser provisionado engloba diversas estimativas e suposições, baseadas na realidade atual da operação.

No cálculo do ajuste a valor presente da provisão do passivo dos aterros é considerado o custo total estimado para a desmontagem e o encerramento. O cronograma de desembolso foi estimado a preços constantes e com base no fluxo de caixa descontado projetado utilizando a taxa de desconto real média de 12,5% a.a., representando o risco do passivo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possui provisão no montante líquido de R\$ 10.747. Não houve alterações com relação ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2023, pois não houve alteração de estimativas, apenas realização do ajuste a valor presente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 248.070 (R\$ 178.070 em 31 de dezembro de 2023), divididos em 248.070.220 (duzentas e quarenta e oito milhões, setenta mil e duzentas e vinte) quotas com valor unitário de R\$1 (um real) cada uma, todas de propriedade de única sócia.

- Em 05 de janeiro de 2024, foi aprovado aumento do capital social da Empresa no valor de R\$ 70.000 (setenta milhões), através da conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, realizado durante o exercício de 2023.

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

No ano de 2018, em adoção às normas internacionais de contabilidade, a Empresa registrou ajustes de avaliação patrimonial para os imóveis registrados no ativo imobilizado, e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos. Foram elaborados laudos técnicos de avaliação que suportaram os lançamentos.

	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	2.638	2.755	2.638	2.755
Tributos Diferidos	(897)	(937)	(897)	(937)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquido	1.741	1.818	1.741	1.818

c) Lucros Acumulados

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os quotistas da Empresa é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social e disposições das reuniões e assembleias de sua controladora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela sócia quotista, em Reunião de Sócios Quotistas.

As distribuições de lucros ocorreram por meio da Reserva de Lucros para a sócia quotista Ambiental Participações S.A., da seguinte maneira:

- Em reunião realizada no dia 04 de outubro de 2024 pelos representantes da sócia quotista, foi aprovada, por unanimidade, a distribuição de lucros no valor de R\$ 11.022.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. Em 31 de dezembro de 2024, a apuração de Juros sobre Capital Próprio da Empresa resultou no valor total de R\$ 22.251, creditados trimestralmente e aprovados em ata de reunião pelos representantes da sócia quotista, da seguinte maneira:

- Em reunião realizada em 04 de outubro de 2024, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital nos valores de R\$ 5.154 para o primeiro trimestre de 2024; R\$ 5.309 para o segundo trimestre de 2024 e R\$ 5.561 para o terceiro trimestre de 2024;
- Em reunião realizada em 30 de dezembro de 2024, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 6.227 referente ao quarto trimestre de 2024;

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de Serviços	650.194	598.937	654.046	598.937
Receitas de Construção	43.471	41.044	43.471	41.044
	<u>693.665</u>	<u>639.981</u>	<u>697.517</u>	<u>639.981</u>
Impostos e Contribuições sobre Serviços e Vendas	(76.845)	(70.019)	(77.317)	(70.019)
	<u>616.820</u>	<u>569.962</u>	<u>620.200</u>	<u>569.962</u>

27. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados e vendas		
Pessoal		
Remunerações	(138.734)	(125.133)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(51.350)	(45.648)
Benefícios	(24.469)	(22.525)
Outras despesas com pessoal	(4.511)	(3.543)
Operacional		
Água e Energia elétrica	(1.868)	(1.661)
Mão de obra terceirizada	(109.645)	(106.620)
Aluguéis de Imóveis	(286)	(1.019)
Combustíveis e Lubrificantes	(33.240)	(29.609)
Depreciações e Amortizações	(47.467)	(41.126)
Custos de Construções - Concessões	(24.882)	(30.859)
Máquinas e Equipamentos	(38.349)	(34.389)
Materiais	(32.136)	(30.519)
Outros		
Despesas diversas	(8.855)	(8.865)
Honorários e Despesas com terceiros	(35.408)	(31.988)
Impostos, taxas e contribuições	(5.557)	(6.417)
Outras Receitas (Despesas)	342	(82)
Provisões para contingências	(340)	(250)
Alienação de bens	144	(1.181)
Recuperação de créditos e despesas	27.591	29.649
Outros	(2.663)	(3.399)
	<u>(531.683)</u>	<u>(495.184)</u>
Classificação por função		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços vendidos	(506.854)	(475.635)
Gerais e administrativas	(32.331)	(31.314)
Outras receitas (despesas), líquidas	7.502	11.765
	<u>(531.683)</u>	<u>(495.184)</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo dos serviços prestados e vendas		
Pessoal		
Remunerações	(139.670)	(125.133)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(51.722)	(45.648)
Benefícios	(24.636)	(22.525)
Outras despesas com pessoal	(4.532)	(3.543)
Operacional		
Água e Energia elétrica	(1.869)	(1.661)
Mão de obra terceirizada	(109.646)	(106.620)
Aluguéis de Imóveis	(286)	(1.019)
Combustíveis e Lubrificantes	(33.400)	(29.609)
Depreciações e Amortizações	(47.578)	(41.126)
Custos de Construções - Concessões	(24.882)	(30.859)
Máquinas e Equipamentos	(38.940)	(34.389)
Materiais	(32.177)	(30.519)
Outros		
Despesas diversas	(8.887)	(8.865)
Honorários e Despesas com terceiros	(35.452)	(31.989)
Impostos, taxas e contribuições	(5.580)	(6.417)
Outras Receitas (Despesas)	342	(82)
Provisões para contingências	(340)	(250)
Alienação de bens	144	(1.181)
Recuperação de créditos e despesas	27.690	29.649
Outros	(2.690)	(3.401)
	<u>(534.111)</u>	<u>(495.187)</u>
Classificação por função		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços vendidos	(509.247)	(475.635)
Gerais e administrativas	(32.366)	(31.317)
Outras receitas (despesas), líquidas	7.502	11.765
	<u>(534.111)</u>	<u>(495.187)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Financeira				
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12.606	10.310	13.053	10.310
Juros recebidos	12.785	19.387	12.785	19.387
Juros sobre Ativos de Concessão	1.631	947	1.631	947
Descontos Obtidos	234	119	234	119
Atualização monetária sobre mútuos	4.602	1.859	4.602	1.859
Atualização monetária sobre recuperação de impostos	105	811	105	811
	<u>31.963</u>	<u>33.433</u>	<u>32.410</u>	<u>33.433</u>
Despesas Financeiras				
Ajuste a valor presente	(1.856)	(892)	(1.856)	(892)
Comissões e Despesas Bancárias	(214)	(191)	(217)	(192)
Juros Pagos ou Incorridos	(414)	(300)	(415)	(300)
Multas por atraso no pagamento	(35)	(38)	(36)	(38)
Descontos Concedidos	(8.882)	(9.277)	(8.882)	(9.277)
Impostos sobre Operações Financeiras	(950)	(951)	(950)	(951)
Juros e Despesas sobre Empréstimos e Financiamentos	(12.917)	(7.882)	(12.917)	(7.882)
Atualização monetária sobre saldo a pagar de aquisição de empresas	(6.443)	(8.580)	(6.443)	(8.580)
	<u>(31.711)</u>	<u>(28.111)</u>	<u>(31.716)</u>	<u>(28.112)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>252</u>	<u>5.323</u>	<u>694</u>	<u>5.322</u>

29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

29.1. Fatores de Risco Financeiros

Considerações Gerais

A Empresa e suas controladas estão expostas a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de gerenciamento de capital e risco da taxa de juros. A alta administração da Empresa supervisiona a gestão destes riscos.

A gestão dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Empresa.

A Empresa não realiza operações de crédito na modalidade “risco sacado” ou “forfait”.

a) Risco de Mercado

(i) Risco de Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros

(ii) O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Empresa é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, que decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); e (ii) empréstimos e financiamentos e estão atrelados aos indexadores Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") ou "Selic".

Caso as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro seria alterado para mais ou para menos em decorrência de receitas de aplicações financeiras e despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos conforme o cenário provável, apresentado a seguir.

O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2024.

Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Saldos patrimoniais	
	31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras		
Em CDI	75.246	-
Empréstimos e financiamentos		
Em CDI	-	(79.125)
Em Selic	-	(21.671)
Arrendamento mercantil		
Em CDI	-	(9.987)
	<u>75.246</u>	<u>(110.782)</u>

	Risco	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras						
Em CDI	Varição do CDI	9.075	11.344	13.612	6.806	4.537
Empréstimos e financiamentos						
Em CDI	Varição do CDI	(10.759)	(13.448)	(16.138)	(8.069)	(5.379)
Em Selic	Varição da Selic	(1.439)	(1.799)	(2.159)	(1.079)	(720)
		<u>(12.198)</u>	<u>(15.247)</u>	<u>(18.297)</u>	<u>(9.148)</u>	<u>(6.099)</u>
Arrendamento mercantil						
Em CDI	Varição do CDI	(1.201)	(1.502)	(1.802)	(901)	(601)
		<u>(4.324)</u>	<u>(5.405)</u>	<u>(6.487)</u>	<u>(3.243)</u>	<u>(2.163)</u>

Indicadores da Macroeconomia	Fonte	2024
CDI	Focus	12,15%
Selic	Focus	11,75%

b) Risco de Crédito

A política da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis entre cobranças de tarifas de coleta de lixo para os usuários, mediante emissão de carnê próprio e cobrança dos serviços diretamente para as pessoas físicas, jurídicas, prefeituras, autarquias e empresas de economia mista são inerentes ao modelo de negócio da Empresa, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Empresa possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço.

c) Risco de Liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	14.560	-	-	-	14.560
Empréstimos, Financiamentos e Notas Comerciais	16.475	23.811	60.509	-	100.795
Arrendamento mercantil	5.519	1.655	2.813	-	9.987
	<u>36.554</u>	<u>25.466</u>	<u>63.322</u>	<u>-</u>	<u>125.342</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	14.973	-	-	-	14.973
Empréstimos, Financiamentos e Notas Comerciais	6.732	16.832	54.120	15.007	92.691
Arrendamento mercantil	3.525	443	165	-	4.133
	<u>25.230</u>	<u>17.275</u>	<u>54.285</u>	<u>15.007</u>	<u>111.797</u>